

**MÉTODO**

**40 PONTOS 2.0**

# **PDF de Questões**

**Conceito de Tributo**

**cersoAB**

## DIREITO TRIBUTÁRIO

## Conceito de Tributo – Gabarito Comentado

1	2	3	4	5
B	B	C	C	C
6	7	8	9	10
B	A	A	D	C

## Questão 1

**A) Errado.** Correta, pois respeita o artigo 3º do CTN, que define tributos, quando a assertiva cita a falta da compulsoriedade:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**B) Certo.** Falso, pois fere o artigo 3º do CTN, que define tributos, já que a assertiva indica que há sanção quando há desconto:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**C) Errado.** Correta, pois respeita o artigo 3º do CTN, que define tributos, quando cita a falta da característica da pecúnia:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**D) Errado.** Correta, pois respeita o artigo 3º do CTN, que define tributos, quando cita que está ocorrendo a utilização do tributo como sanção por ato ilícito:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**E) Errado.** Correta, pois respeita o artigo 3º do CTN, que define tributos, já que é uma atividade cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Gabarito: B**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

## Questão 2

**A) Errado.** As taxas são tributos vinculados, pois são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição (art. 145, II, da Constituição Federal).

**B) Certo.** Os impostos são tributos não vinculados. Eles são cobrados sem que haja uma prestação direta de serviço ou benefício específico ao contribuinte. Eles se destinam a financiar as atividades gerais do Estado e são instituídos sem contrapartida direta (art. 16 do CTN).

**C) Errado.** As contribuições de melhoria são tributos vinculados, pois são cobradas em função de obras públicas que valorizam imóveis privados próximos à obra, tendo como limite total o custo da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resulte para cada imóvel beneficiado (art. 145, III, da Constituição Federal e art. 81 do CTN).

**D) Errado.** As contribuições sociais, em geral, são consideradas tributos vinculados, pois são destinadas a financiar serviços ou benefícios específicos relacionados à seguridade social ou a outras finalidades estatais especificadas na lei que as institui (art. 195 da Constituição Federal).

**E) Errado.** Os empréstimos compulsórios podem ser vinculados ou não, dependendo do caso. Eles são instituídos em situações extraordinárias, como guerras ou calamidades públicas, ou para investimentos públicos urgentes e de relevante interesse nacional (art. 148 da Constituição Federal). A vinculação depende da situação específica que justifica a cobrança.

**Gabarito: B**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

### Questão 3

**A) Errado.** Esta característica é essencial ao conceito de tributo. O tributo é uma obrigação imposta pelo Estado, o que significa que seu pagamento é compulsório, não opcional.

**B) Errado.** Os tributos são essencialmente prestações pecuniárias, ou seja, envolvem uma quantia em dinheiro ou que pode ser expressa em valor monetário. Esta é uma parte integrante da definição de tributo.

**C) Certo.** Esta alternativa apresenta um elemento estranho ao conceito de tributo. Conforme o CTN, tributos não são sanções por atos ilícitos. Tributos são cobrados independentemente de qualquer conduta ilícita do contribuinte, o que os distingue de multas e outras penalidades.

**D) Errado.** Esta característica está diretamente em linha com a definição de tributo. A cobrança de tributos é uma atividade administrativa vinculada, o que significa que as autoridades fiscais devem seguir estritamente o que é estipulado pela lei, sem margem para discricionariedade.

**E) Errado.** A legalidade é um princípio fundamental em matéria tributária. Tributos só podem ser instituídos ou aumentados por meio de lei, conforme o princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da Constituição Federal).

**Gabarito: C**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

#### Questão 4

**A) Errado.** A primeira parte da alternativa está correta, pois tributos realmente são prestações pecuniárias instituídas por lei. No entanto, a segunda parte é incorreta, pois a cobrança de tributos não é uma atividade discricionária, mas sim vinculada, o que significa que a administração pública deve seguir estritamente o que a lei determina, sem espaço para decisões baseadas em conveniência ou oportunidade.

**B) Errado.** A primeira parte é correta, pois tributos devem ser instituídos por lei. Contudo, a segunda parte é incorreta, pois mesmo os impostos regulatórios devem ser criados por meio de lei, conforme o princípio da legalidade, que exige que qualquer tributo seja criado ou alterado apenas por lei.

**C) Certo.** Ambas as partes desta alternativa são corretas. Tributos são instituídos por lei, e eles não constituem sanções por atos ilícitos, o que é uma definição fundamental do conceito de tributo. A segunda assertiva complementa a primeira, reforçando a natureza do tributo em relação ao seu fundamento legal e ao seu propósito.

**D) Errada.** Embora ambas as assertivas possam ser consideradas corretas, a segunda não complementa necessariamente a primeira no sentido de explicar a natureza ou a justificativa dos tributos, mas sim descreve a categoria da receita gerada por eles.

**E) Errada.** A primeira parte é correta, pois a principal função dos tributos é arrecadar receita. No entanto, a segunda parte é um pouco confusa e pode ser interpretada como incorreta se sugerir que a atividade legislativa (a criação de leis) é "vinculada" no mesmo sentido que a administração tributária, o que não é o caso. A legislação tributária é um processo que envolve discricionariedade e escolhas políticas, embora a administração tributária em si seja vinculada.

**Gabarito: C**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

#### Questão 5

**A) Errado.** Esta alternativa é incorreta porque o tributo não é facultativo; ele é compulsório.

**B) Errado.** Esta alternativa é incorreta porque o tributo não constitui sanção de ato ilícito; ele não é uma penalidade.

**C) Certo.** Esta alternativa é correta. Ela alinha com a definição legal de tributo, indicando que é uma prestação pecuniária compulsória, não constitui sanção de ato ilícito, e deve ser instituída por lei.

**D) Errado.** Esta alternativa é incorreta. Apesar de acertar na natureza compulsória e no fato de não ser sanção de ato ilícito, o termo "norma infraconstitucional" não é específico o suficiente para substituir "lei", que é o termo correto e mais específico usado na legislação.

**E) Errado.** Esta alternativa é incorreta. Primeiro, a palavra "tributo" é mais apropriada no contexto, pois "imposto" é apenas uma das categorias de tributo. Segundo, impostos não constituem sanção de ato ilícito, e a expressão "lei ordinária" é desnecessariamente restritiva, visto que a lei que institui um tributo pode ser de qualquer tipo, contanto que seja formalmente uma lei.

**Gabarito: C**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

### Questão 6

**A) Errado.** Esta alternativa é incorreta. A legislação pode definir um teto para a cobrança de anuidades por conselhos profissionais e permitir que a diretoria fixe o valor exato, desde que dentro dos limites estabelecidos por lei. Isso é comum em legislações que regulam conselhos profissionais e não necessariamente viola o princípio da legalidade tributária, desde que o teto e os critérios para a fixação do valor sejam claramente estabelecidos por lei.

**B) Certo.** A cobrança de anuidades por conselhos profissionais é um exemplo claro de parafiscalidade. Os conselhos utilizam esses recursos especificamente para financiar suas atividades regulatórias e de fiscalização da profissão, o que é permitido e reconhecido pela legislação brasileira.

**C) Errado.** Esta alternativa é incorreta. A lei pode e frequentemente atribui aos conselhos profissionais a responsabilidade pela fiscalização e cobrança de suas anuidades, como parte de suas funções regulatórias.

**D) Errado.** Esta alternativa é incorreta. Os conselhos profissionais têm autoridade legal tanto para cobrar quanto para fiscalizar o cumprimento das obrigações financeiras relacionadas às anuidades.

**E) Errado.** Esta alternativa é incorreta. Conselhos profissionais são entidades autônomas que podem contratar funcionários sob o regime da CLT para realizar funções administrativas, incluindo a fiscalização e cobrança de anuidades, sem necessidade de serem agentes fiscais federais.

**Gabarito: B**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

## Questão 7

**A) Certo.** Esta alternativa é correta. Impostos, como o IPVA, não possuem vinculação específica com serviços diretos prestados pelo Estado, como manutenção de estradas. Assim, mesmo que as estradas estejam em mau estado, isso não fornece uma base legal para João cessar o pagamento do IPVA ou pedir a devolução de valores pagos.

**B) Errado.** Esta alternativa é incorreta. Ainda que João comprove danos ao seu veículo causados por condições ruins da estrada, isso não altera sua obrigação de pagar o IPVA, dado que este imposto não está condicionado à qualidade das estradas.

**C) Errado.** Também incorreta. As reclamações feitas a órgãos competentes sobre a condição das estradas não têm relação com a obrigação de pagamento do IPVA.

**D) Errado.** Esta alternativa é incorreta. João, como contribuinte, tem legitimidade para questionar aspectos legais relacionados aos seus tributos e outros direitos civis, independentemente da existência de uma associação de moradores.

**E) Errado.** Incorreta. A recepção ou não de multas de trânsito não tem relação com a obrigação de pagar o IPVA, nem com a qualidade das estradas.

**Gabarito: A**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

## Questão 8

**A) Certo.** O IPTU é um imposto, o que significa que sua cobrança não está diretamente vinculada à prestação de um serviço específico pelo Estado ao contribuinte. O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de um imóvel urbano, independentemente de qualquer atividade estatal específica. Portanto, é um tributo não vinculado.

**B) Errado.** As taxas de fiscalização são tributos vinculados, pois são cobradas em função da atividade de fiscalização realizada pelo Estado, que beneficia diretamente o contribuinte. O fato gerador é a atuação estatal específica.

**C) Errado.** A contribuição de melhoria é uma espécie de tributo vinculado, pois sua cobrança está diretamente relacionada à valorização imobiliária decorrente de obras públicas, beneficiando os proprietários dos imóveis próximos à obra.

**D) Errado.** Esta taxa, presumivelmente, seria cobrada em função de melhoramentos específicos em aeroportos, o que a categoriza como uma taxa, e portanto, um tributo vinculado. O contribuinte paga a taxa em retorno a um serviço específico ou benefício derivado das melhorias.

**E) Errado.** A taxa de limpeza pública é outro exemplo de tributo vinculado. Ela é cobrada para cobrir os custos dos serviços de limpeza pública, que são prestados especificamente aos contribuintes de uma área determinada.



**Gabarito: A****Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

**Questão 9**

**A) Errado.** A afirmação de que todos os itens (I, II e III) estão corretos não está correta, pois o item III está errado. A contraprestação cobrada por concessionárias de serviço público de água e esgoto não tem a natureza jurídica de tributo, mas sim de tarifa ou preço público.

**B) Certo.** O item I está correto porque multas administrativas não se enquadram no conceito de tributo, conforme o art. 3º do CTN. O item II também está correto, pois a concessão de descontos no IPVA para bons condutores é permitida. O item III está incorreto, pois tarifas cobradas por concessionárias de água e esgoto não são tributos, mas sim preços públicos.

**C) Errado.** A afirmação de que apenas os itens I e III estão corretos não está correta, pois o item III está errado e o item II está correto.

**D) Errado.** A afirmação de que os itens II e III estão corretos não está correta, pois o item III está errado.

**E) Errado.** A afirmação de que apenas o item I está correto não está correta, pois o item II também está correto.

**Gabarito: B****Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---

**Questão 10**

**A) Errado.** Esta descrição confunde os conceitos. Tributos diretos são aqueles cobrados diretamente sobre a renda ou a propriedade das pessoas, como o Imposto de Renda. Eles são geralmente progressivos, não regressivos. Os tributos indiretos são aqueles cobrados sobre bens e serviços.

**B) Errado.** Tributos indiretos, mesmo que cobrados em termos absolutos maiores por quem consome mais, são geralmente considerados regressivos porque representam uma porcentagem maior da renda das pessoas mais pobres, que tendem a gastar uma proporção maior de sua renda em consumo.

**C) Certa.** Esta alternativa descreve corretamente a natureza dos tributos diretos como o Imposto de Renda, que são estruturados para serem progressivos, aumentando as alíquotas conforme a renda aumenta.

**D) Errado.** A aplicação uniforme dos tributos indiretos, independentemente da renda, na verdade os torna regressivos, não progressivos, porque pessoas com menor renda acabam pagando uma proporção maior de seus rendimentos em comparação com pessoas mais ricas.

**E) Errada.** Apesar de o IPVA ser um tributo direto, a alternativa é enganosa ao classificar todos os tributos diretos como regressivos. Além disso, o IPVA é geralmente calculado com base no valor do veículo, o que pode introduzir algum nível de progressividade, embora não seja tão progressivo quanto o Imposto de Renda.

**Gabarito: C**

**Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca**

---